



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ZAMP S.A.

CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - RI

MSGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi marcante na história da Zamp. Desde o princípio da nossa empresa, sempre acreditamos em fundamentos oportunos no mercado brasileiro para a consolidação de grandes marcas no setor de alimentação...

VENDAS DOS RESTAURANTES

A marca concluiu um trimestre de forte crescimento de vendas dos restaurantes, com R\$ 1,1 bilhão de receita líquida, +12% vs. o 4T23. No ano, totalizou R\$ 4,1 bilhões - um aumento de 16% sobre 2023...

CAMPANHAS

O período também foi marcado por campanhas de marketing irreverentes, características da marca, gerando engajamento e impulsionando a estratégia comercial...

MARGEM BRUTA

No decorrer do segundo semestre, a curva inflacionária em proteínas impactou negativamente a margem bruta da marca, que vem adaptando alavancas comerciais para acomodar este novo cenário...

POPEYES®

PORTFÓLIO

No período, a marca contou com 2 aberturas - ambas franquias no formato Food Court - e nenhum fechamento, encerrando o ano com 92 unidades...

DESTAQUES OPERACIONAIS

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, VAR., 2024, 2023, VAR. Rows include Total de Restaurantes, Restaurantes Próprios, e Restaurantes Franqueados.

VENDAS DOS RESTAURANTES

Popeyes® alcançou uma venda líquida de R\$ 82,6 milhões no 4T24, um crescimento de 17,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior...

MARGEM BRUTA

Campañas assertivas, revenue management e estratégias de gestão de estoque foram os principais fatores para o aumento da margem bruta...

STARBUCKS®

PORTFÓLIO

Em 9 de outubro, conforme divulgado ao mercado, a companhia concluiu a aquisição do direito de explorar a marca Starbucks® no Brasil...

PERFORMANCE E PRIORIDADES

A venda líquida de restaurantes no 4T24 foi de R\$ 76,2 milhões, com uma margem bruta de 70,3%, mesmo em um cenário desafiador de custo de café...

SUBWAY®

PORTFÓLIO

Ainda em outubro, a Companhia adquiriu o contrato de Master Franqueada da marca Subway® no Brasil...

PERFORMANCE E PRIORIDADES

Em 2024, a marca ultrapassou R\$ 1,7 bilhão em vendas no sistema, sendo R\$ 473,7 milhões no quarto trimestre...

MODELO DE NEGÓCIO

Gestão da base de franquados no Brasil, com fee de 3,0% para a Zamp (+5,0% para Subway® Corporation), além de gerir o fundo de marketing da marca...

RECEITA LÍQUIDA

Recita Operacional Líquida Total (R\$ milhões) - Gráfico de barras mostrando crescimento de 20,7% em 4T24 vs 4T23.

RECEITA LÍQUIDA

Recita Operacional Líquida Total (R\$ milhões) - Gráfico de barras mostrando crescimento de 18,6% em 2024 vs 2023.

RECEITA LÍQUIDA

Recita Operacional Líquida Total (R\$ milhões) - Gráfico de barras mostrando crescimento de 18,6% em 2024 vs 2023.

RECEITA LÍQUIDA

Recita Operacional Líquida Total (R\$ milhões) - Gráfico de barras mostrando crescimento de 18,6% em 2024 vs 2023.

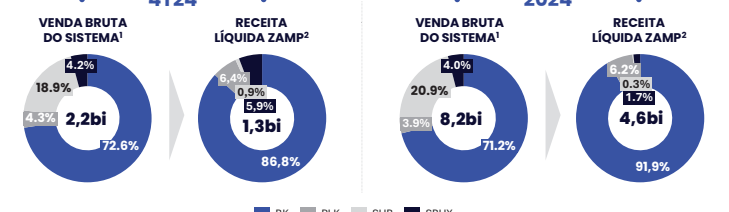
EVENTO SUBSEQUENTE

Antecipação de pagamento de empréstimos e financiamentos: Em 07 de março de 2025, a Companhia realizou a antecipação do pagamento de sua 2ª Nota Comercial com os bancos ABC e Hailong no valor de R\$131,226 milhões...

DESTAQUES FINANCEIROS - R\$ MILHÕES

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, VAR%, 2024, 2023, VAR%. Rows include Receita Operacional Líquida, Despesas com Vendas, and EBITDA Ajustado.

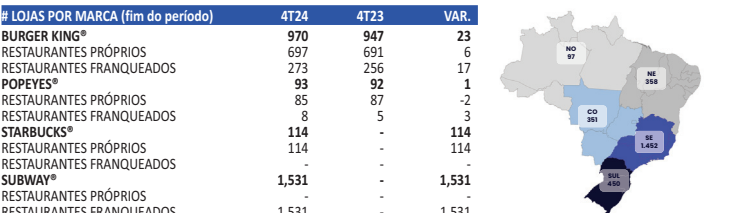
VENDA BRUTA DO SISTEMA



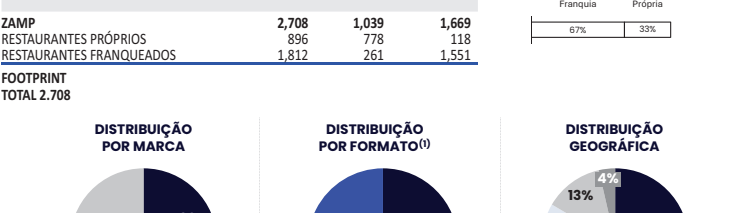
PORTFÓLIO DE LOJAS SISTEMA ZAMP

Table with 4 columns: 4T24, 4T23, VAR., 2024. Rows include Burger King®, Restaurantes Próprios, and Subway®.

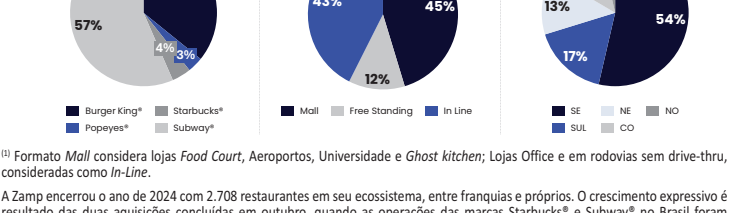
DISTRIBUIÇÃO POR MARCA



DISTRIBUIÇÃO POR FORMATO



DISTRIBUIÇÃO GEORÁFICA



BURGER KING®

O Burger King® ampliou sua rede de restaurantes com 29 aberturas no período (15 operações próprias: 12 Free Standing e 3 Food Court, além de 14 franquias 8 Free Standing, 5 Food Court e 1 In-Line)...

DESTAQUES OPERACIONAIS

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, VAR., 2024, 2023, VAR. Rows include Total de Restaurantes, Restaurantes Próprios, and Restaurantes Franqueados.

DESTAQUES OPERACIONAIS

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, VAR., 2024, 2023, VAR. Rows include Total de Restaurantes, Restaurantes Próprios, and Restaurantes Franqueados.

DESTAQUES OPERACIONAIS

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, VAR., 2024, 2023, VAR. Rows include Total de Restaurantes, Restaurantes Próprios, and Restaurantes Franqueados.

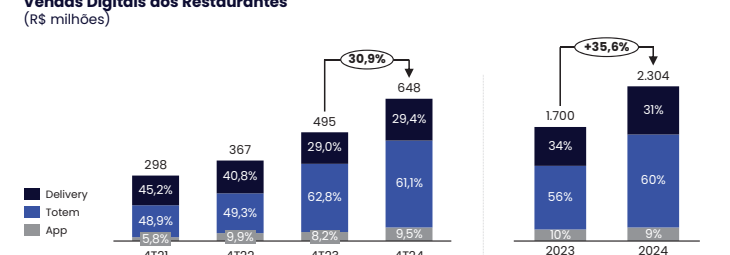
DESTAQUES OPERACIONAIS

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, VAR., 2024, 2023, VAR. Rows include Total de Restaurantes, Restaurantes Próprios, and Restaurantes Franqueados.

DESTAQUES OPERACIONAIS

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, VAR., 2024, 2023, VAR. Rows include Total de Restaurantes, Restaurantes Próprios, and Restaurantes Franqueados.

Vendas Digitais dos Restaurantes

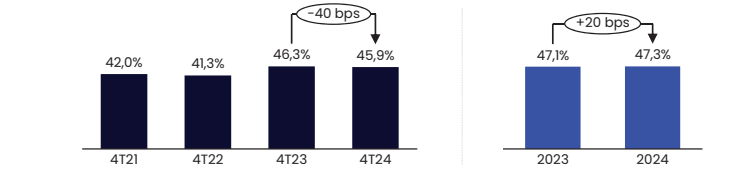


As vendas digitais, compostas por delivery, totem e app, representaram 50% da receita total do trimestre, atingindo a marca de R\$ 648 milhões no período - um avanço de 30,9%.

DESPEsas COM VENDAS

No 4T24, as despesas com vendas nos restaurantes, excluindo depreciação e amortização e os efeitos de despesas pré-operacionais, representaram 45,9% da receita líquida...

% Receita Operacional Líquida



Despesas com Vendas Detalhadas

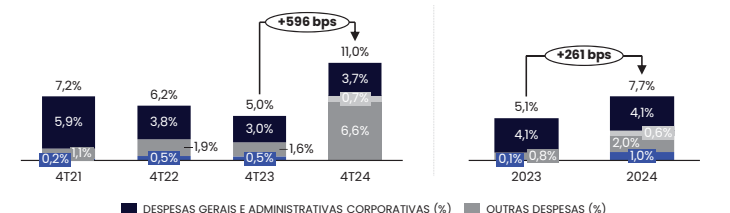
Table with 6 columns: 4T24, 4T23, VAR %, 4T24, 4T23, 12M24, 12M23, VAR %, 12M24, 12M23. Rows include Receita Operacional Líquida, Despesas com Vendas, and EBITDA Ajustado.

Essa redução deve-se a uma combinação de fatores, entre eles: A diminuição de 42 bps nas despesas com pessoal devido principalmente à alavancagem operacional; Aumento de 176 bps em Royalties & Marketing no comparativo...

DESPEsas GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas, descontando depreciação e amortização, representaram 11,0% da receita operacional líquida no 4T24, um aumento de 596 bps em relação ao 4T23...

% Receita Operacional Líquida



Despesas Gerais e Administrativas Detalhadas

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, VAR %, 4T24, 4T23, 12M24, 12M23, VAR %, 12M24, 12M23. Rows include Receita Operacional Líquida, Despesas Gerais e Administrativas, and EBITDA Ajustado.

EBITDA

O EBITDA Ajustado da Companhia totalizou R\$180,8 milhões no quarto trimestre, uma redução de 20% na comparação anual. A margem EBITDA foi de 13,9%, uma retração de 7,2 p.p. excluindo os efeitos não recorrentes de 2024...

EBITDA AJUSTADO (com IFRS 16)

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, 4T24 vs 4T23, 2024, 2023, 2024 vs 2023. Rows include Lucro (Prejuízo) do período, EBITDA Ajustado Ex-Efeitos do IFRS16, and Margem EBITDA Ajustada Ex-Efeitos do IFRS16.

EBITDA AJUSTADO (ex-IFRS 16)

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, 4T24 vs 4T23, 2024, 2023, 2024 vs 2023. Rows include Lucro (Prejuízo) do período, EBITDA Ajustado Ex-Efeitos do IFRS16, and Margem EBITDA Ajustada Ex-Efeitos do IFRS16.

EBITDA AJUSTADO (ex-IFRS 16)

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, 4T24 vs 4T23, 2024, 2023, 2024 vs 2023. Rows include Lucro (Prejuízo) do período, EBITDA Ajustado Ex-Efeitos do IFRS16, and Margem EBITDA Ajustada Ex-Efeitos do IFRS16.

EBITDA AJUSTADO (ex-IFRS 16)

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, 4T24 vs 4T23, 2024, 2023, 2024 vs 2023. Rows include Lucro (Prejuízo) do período, EBITDA Ajustado Ex-Efeitos do IFRS16, and Margem EBITDA Ajustada Ex-Efeitos do IFRS16.

EBITDA AJUSTADO (ex-IFRS 16)

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, 4T24 vs 4T23, 2024, 2023, 2024 vs 2023. Rows include Lucro (Prejuízo) do período, EBITDA Ajustado Ex-Efeitos do IFRS16, and Margem EBITDA Ajustada Ex-Efeitos do IFRS16.

EBITDA AJUSTADO (ex-IFRS 16)

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, 4T24 vs 4T23, 2024, 2023, 2024 vs 2023. Rows include Lucro (Prejuízo) do período, EBITDA Ajustado Ex-Efeitos do IFRS16, and Margem EBITDA Ajustada Ex-Efeitos do IFRS16.

EBITDA AJUSTADO (ex-IFRS 16)

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, 4T24 vs 4T23, 2024, 2023, 2024 vs 2023. Rows include Lucro (Prejuízo) do período, EBITDA Ajustado Ex-Efeitos do IFRS16, and Margem EBITDA Ajustada Ex-Efeitos do IFRS16.

EBITDA AJUSTADO (ex-IFRS 16)

Table with 6 columns: 4T24, 4T23, 4T24 vs 4T23, 2024, 2023, 2024 vs 2023. Rows include Lucro (Prejuízo) do período, EBITDA Ajustado Ex-Efeitos do IFRS16, and Margem EBITDA Ajustada Ex-Efeitos do IFRS16.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2006 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 03/04/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidade.eligol.valor.com.br/valor/2025/04/03/ZAMP1581757503042025.pdf

Hash: 1743617280ff6ac71a924e6d892222b070ccc51

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua

Movimentação de provisão para perda de estoque

Saldo inicial	68.981	70.339	68.981	70.339
Adições de provisão para perda de estoque	1.198	7.029	1.198	7.029
Perdas de estoque definitivas	-	-	-	-
Total de provisão para perda de estoque	(180)	(258)	(180)	(258)

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
IRPJ a recuperar	4.860	254	4.860	254
CSLL a recuperar	1.362	665	1.362	665
IRRF a compensar	13.206	13.177	13.213	13.177
ICMS a compensar (i)	190.041	81.160	191.344	81.160
PIS no cumulativo / a recuperar	31.014	33.399	31.014	33.399
COFINS no cumulativo / a recuperar	133.725	144.146	133.764	144.146
INSS a recuperar	9.044	7.292	9.044	7.292
ISS a recuperar	272	-	273	-
Total de tributos a recuperar	383.524	280.103	384.882	280.103

Circulante e Não circulante
 (i) O aumento do saldo é devido principalmente pelo acúmulo de saldo credor nos centros de distribuições do Grupo.
 Os montantes de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 possuem a seguinte expectativa de compensação:

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Até 1 ano	68.981	52.941	70.339	52.941
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	131.566	129.502	131.566	129.502
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	182.977	97.660	182.977	97.660
Total de tributos a recuperar	383.524	280.103	384.882	280.103

9. ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O Grupo reconheceu como ativo ("direito de uso"), os seus contratos referentes a locação de imóveis administrativos e operacionais (lojas). Consequentemente, o EBITDA e o resultado operacional foram afetados. Ao determinar o prazo de arrendamento, o Grupo analisa os fatos e as circunstâncias que geram o fator econômico para a ocorrência de uma decisão de prorrogação ou de rescisão do contrato. Os contratos de arrendamentos operacionais vigentes possuem prazo médio de 10 anos e as renovações são consideradas como novos contratos e são reconhecidos quando há certeza razoável de que será prorrogado. Ademais, a política é de efetuar a renovação se aplicável, a partir de um ano antes do vencimento do contrato de arrendamento. Os fluxos reais, incluindo inflação estimada dos próximos anos de pagamentos, foram estimados brutos de impostos e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor líquido ao passivo de arrendamento a valor presente. A taxa de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo do valor presente dos contratos foi baseada no CDI projetado + spread atual (taxa nominal). Em conformidade com a referida norma contábil, na mensuração e na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados.

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Direito de uso de arrendamentos	684.572	795.075	808.522	795.075
Total de ativos arrendados	684.572	795.075	808.522	795.075

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Passivos arrendados	174.388	181.240	201.918	181.240
Obrigações de arrendamentos - Circulante	639.874	734.584	735.211	734.584
Obrigações de arrendamentos - Não circulante	-	-	-	-
Total de passivos arrendados	814.262	915.824	937.129	915.824

Movimentação de direito de uso de arrendamento mercantil

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Saldo inicial	795.075	882.690	795.075	882.690
Adições e renemursação de arrendamentos reconhecidos no período (i) e (ii)	88.393	137.641	93.857	137.641
Direito de uso advindo de aquisição de investida (Nota 3)	-	-	-	-
Debaix de arrendamentos	(14.701)	-	(14.701)	-
Amortização de direito de uso (aluguel) (ii) (Notas 25 e 26)	(168.042)	(169.889)	(174.818)	(169.889)
Tributos incidentes sobre amortização de arrendamentos (iii)	(16.353)	(16.387)	(16.353)	(16.387)
Saldo final	684.572	795.075	808.522	795.075

Movimentação de obrigações de arrendamento mercantil

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Saldo inicial	915.824	947.613	915.824	947.613
Obrigações de arrendamentos - Circulante	88.393	137.641	93.857	137.641
Obrigações de arrendamentos - Não circulante	-	-	-	-
Total de obrigações de arrendamento mercantil	915.824	947.613	915.824	947.613

Resultado de arrendamento mercantil

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Despesas com lojas - aluguel variável (ii)	(21.759)	(15.378)	(23.449)	(15.378)
Amortização de direito de uso (aluguel) (Nota 25 e 26) (ii)	(168.042)	(169.889)	(174.818)	(169.889)
Despesas financeiras - Juros acumulados (Nota 28) (iii)	(81.894)	(88.440)	(82.251)	(88.440)
Saldo final	(271.695)	(273.707)	(280.518)	(273.707)

(i) As atualizações de índices financeiras devidas das Obrigações de Arrendamento Mercantil são registradas de acordo com cada contrato considerando impactos nas rubricas de Juros de Passivos de arrendamento e Ativo de Direito de Uso. Estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado do período, apenas as rubricas patrimoniais. (ii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, os saldos apresentados em contas patrimoniais são brutos de impostos (Pis e Cofins) enquanto os saldos apresentados em contas de resultado são líquidos de impostos (Pis e Cofins). (iii) Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16 impactaram positivamente os registros contábeis na rubrica de despesas com ocupação em 24/9/2022 em 31 de dezembro de 2024 (RS241.503 em 31 de dezembro de 2023). Os montantes de impostos (Pis e Cofins), devido ao arrendamento operacional (aluguel fixo) não ser mais reconhecido nesta rubrica (Nota 25). Os montantes de passivos de arrendamentos possuem os seguintes vencimentos no exercício final em 31 de dezembro de 2024 e no exercício final em 31 de dezembro de 2023:

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
(+) Juros de Passivos de arrendamento	-	-	-
(-) Juros de Passivos de arrendamento	-	-	-
Total	-	-	-

Prazos de vencimento

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Até 1 ano	252.532	(78.143)	174.389	269.339
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	536.790	(144.892)	391.898	432.344
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	170.632	(44.159)	126.474	299.427
Mais de 5 anos	145.568	(24.067)	121.501	252.470
Total	1.105.522	(291.260)	814.262	1.253.580

Resultados de arrendamento mercantil

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Até 1 ano	282.335	(84.017)	201.918	269.339
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	648.711	(191.996)	456.715	432.344
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	204.742	(58.514)	146.228	299.427
Mais de 5 anos	164.158	(31.890)	132.268	252.470
Total	1.299.946	(367.417)	937.129	1.253.580

Abaixo, apresentamos o potencial efeito de Pis e COFINS a recuperar incluído nas contraprestações futuras de arrendamento, no exercício final em 31 de dezembro de 2024, e no exercício final em 31 de dezembro de 2023:

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Passivos de arrendamento	282.335	(84.017)	201.918	269.339
PIS/COFINS Potencial	(21.437)	(231.095)	(23.449)	(245.817)
Total	260.898	(315.112)	178.469	23.522

Prazos de vencimento

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Até 1 ano	252.532	(21.437)	231.095	269.339
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	536.790	(44.853)	491.937	432.344
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	170.632	(13.397)	157.235	299.427
Mais de 5 anos	145.568	(10.047)	135.521	252.470
Total	1.105.522	(89.634)	1.015.828	1.253.580

Resultados de arrendamento mercantil

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Até 1 ano	282.335	(21.437)	231.095	269.339
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	648.711	(47.610)	601.101	432.344
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	204.742	(16.114)	188.628	299.427
Mais de 5 anos	164.158	(12.804)	151.354	252.470
Total	1.299.946	(100.772)	1.199.224	1.253.580

A seguir, apresentamos os prazos de contratos e a taxa média de descontos utilizada, no exercício final em 31 de dezembro de 2024 e no exercício final em 31 de dezembro de 2023:

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
Até 5 Anos	252.532	21.437	231.095
De 5 a 10 Anos	536.790	44.853	491.937
De 8 a 10 Anos	170.632	13.397	157.235
Mais de 15 Anos	145.568	10.047	135.521
Total	1.105.522	(89.634)	1.015.828

10. INVESTIMENTOS

Os resultados dos investimentos da Companhia e os saldos contábeis das investidas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 01 de janeiro	282.835	(24.154)	258.141
Aporte de capital em investidas e AFAC	123.710	8.361	132.071
Equivalência patrimonial	154.669	19.563	245.230
Outras movimentações em investimentos	-	-	(594)
Saldo final em 31 de dezembro	561.214	(2.230)	558.448

Diretas

Zamp II		Zamp III		Café Pacifico	
100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo	30.959	11.202	30.959	11.202	51.269
Circulante	123.710	8.361	Não Circulante	-	193.961
Total	154.669	19.563	30.959	11.202	245.230

Passivo

Circulante	30.959	9.419	Circulante	30.959	95.334
Não Circulante	-	2.394	Não Circulante	-	95.337
Patrimônio Líquido	123.710	6.858	Patrimônio Líquido	123.710	88.399
Total	154.669	19.563	Total	154.669	245.230

Resultado do período (i)

2024	19.388	3.738	2023	19.388	3.738
------	--------	-------	------	--------	-------

ZAMP - Controladora

Investimento	123.710	7.750	Investimento	123.710	7.750
Equivalência Patrimonial (i)	19.388	3.738	Equivalência Patrimonial	19.388	3.738

(i) O resultado do período apresentado em Zamp II contempla o ganho por compra vantajosa de RS46.202 (Nota 3).

11. IMOBILIZAÇÃO

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Instalações, benfeitorias e projetos	703.056	694.820	743.832	694.820
Máquinas e equipamentos	6%	15%	22.294	272.938
Móveis e utensílios	6%	15%	43.126	47.231
Computadores e periféricos	20%	25%	68.091	85.680
Outros ativos (i)	-	-	278.787	305.842
(i) Provisão para impairment	-	-	(27.122)	(27.817)
Total de imobilização	1.298.232	1.378.694	1.380.444	1.378.694

(i) Conforme vigência dos contratos de aluguel, em média de 10 anos. (ii) Refere-se a ativos em andamento, compostos por lojas em construção (ou em reformas, equipamentos em estoque para novas aberturas, equipamentos em manutenção e outros ativos). No exercício final em 31 de dezembro de 2024, foram capitalizados encargos financeiros no valor de RS32.141 (RS32.110 no exercício final em 31 de dezembro de 2023). As movimentações do imobilizado, nos exercícios finais em 31 de dezembro de 2024 e em 2023, estão demonstradas a seguir:

Controladora		(i) Provisão para impairment	
Instalações, benfeitorias e projetos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos
2024	2023	2024	2023
Saldo em 31/12/2022	1.306.196	512.123	98.933
Adições	-	-	1.359
Transferências	172.661	53.753	11.605
Baixas (Nota 27)	(12.725)	(7.358)	(1.607)
Venda de ativos (Nota 26)	-	-	-
Impairment (Nota 26)	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	1.448.466	556.607	108.752
Adições	178.678	49.325	7.249
Transferências	(37.218)	(36.792)	(2.304)
Baixas (Nota 26)	(4.385)	(2.585)	(1.611)
Venda de ativos (Nota 26)	-	-	-
Impairment (Nota 26)	1.585.541	566.555	113.536
Saldo em 31/12/2024	1.842.878	624.509	123.383

Consolidado		(i) Provisão para impairment	
Instalações, benfeitorias e projetos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos
2024	2023	2024	2023
Saldo em 31/12/2022	1.306.196	512.123	98.933
Adições	-	-	1.359
Transferências	172.661	53.753	11.605
Baixas (Nota 27)	(12.725)	(7.358)	(1.607)
Venda de ativos (Nota 26)	-	-	-
Impairment (Nota 26)	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	1.448.466	556.607	108.752
Adições	178.678	49.325	7.249
Transferências	(37.218)	(36.792)	(2.304)
Baixas (Nota 26)	(4.385)	(2.585)	(1.611)
Venda de ativos (Nota 26)	-	-	-
Impairment (Nota 26)	1.585.541	566.555	113.536
Saldo em 31/12/2024	1.842.878	624.509	123.383

Consolidado		(i) Provisão para impairment	
Instalações, benfeitorias e projetos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos
2024			

ZAMP S.A.

→ continuação

em 31 de dezembro de 2024 (R\$186.226 em 31 de dezembro de 2023), enquanto os saldos apresentados em contas de resultado de Amortização de direito de uso (Notas 25 e 26) são líquidos de impostos (Pis e CFSt) totalizando R\$174.818 (R\$169.889 em 31 de dezembro de 2023). (ii) A aplicação referente ao fechamento de 12 lojas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a respeito da provisão para imposto de renda sobre despesas legais, provisão para perdas de ativos imobilizados e baixa efetiva de itens obsoletos e/ou descontinuados. (iii) Aumento na rubrica devido a antecipação dos períodos de carência dos planos de remuneração baseado em ações (Nota 3). (iv) Despesas referentes a celebração dos acordos de associação junto a detentoras dos direitos exclusivos das marcas Starbucks (incluindo compra de ativo) e Subway (Nota 3). Os contratos autorizam a Companhia a explorar as marcas e desenvolver as operações no território nacional. (v) Rubrica apresentada na rubrica de consolidado e devido ao ganho por compra vantajosa reconhecida na aquisição da Café Pacifico.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros e rendimentos de aplicações financeiras	69.813	48.121	69.962	48.338
Varição cambial passiva	2.686	3.206	2.686	3.206
Tributos sobre receitas financeiras	(3.367)	(2.037)	(3.367)	(2.037)
Receitas com derivativos	4.477	7.822	4.477	782
Correção monetária	5.277	4.326	5.277	4.326
Outras receitas financeiras	2.267	1.384	2.395	1.384
Total de receitas financeiras	81.253	59.882	81.430	56.095

28. DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros sobre empréstimos	(145.428)	(126.075)	(145.428)	(126.075)
Varição cambial passiva	(8.235)	(1.810)	(8.235)	(1.810)
Despesa para o arrendamento mercantil a pagar (Nota 9)	(81.894)	(88.440)	(82.251)	(88.440)
Despesa com derivativos	(6.656)	(5.702)	(6.656)	(5.702)
Correção monetária	(1.408)	(4.482)	(1.456)	(4.482)
Outras despesas bancárias e juros diversos	(15.230)	(6.230)	(15.102)	(8.473)
Total de despesas financeiras	(253.851)	(234.982)	(254.518)	(234.982)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Composição do resultado: A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Corrente	-	-	(2.105)	-
Diferido	19.506	(18.200)	19.506	(18.200)
Total	19.506	(18.200)	17.401	(18.200)

Condição da taxa efetiva: A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão detalhadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	71.681	27.073	70.965	27.073
Benefício de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal e nominal combinada 24%	(15.825)	(15.825)	(15.825)	(15.825)
Ajustes para reconciliar a taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	7.863	-	-	-
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal	(39.856)	(34.752)	(39.856)	(34.752)
Impostos de bônus não deduzíveis	(5.408)	(2.910)	(5.408)	(2.910)
Quebra de caixa	(3.268)	(1.855)	(3.268)	(1.855)
Baixa de ativos não financeiros	(4.170)	(1.623)	(4.170)	(1.623)
Multas e infrações fiscais e trabalhistas	(98)	(488)	(98)	(488)
Custo com plano de opção de ações	(10.624)	(2.546)	(10.624)	(2.546)
Perda de estoque	(2.390)	(2.390)	(2.390)	(2.390)
Outras diferenças permanentes	(1.494)	(501)	5.112	(501)
Imposto de renda e contribuição social	19.506	(18.200)	17.401	(18.200)

Diferidos: A composição líquida dos impostos de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Impostos de renda e contribuição social diferidos - ativo	564.885	442.777	564.885	442.777
Impostos de renda e contribuição social diferidos - passivo	(601.322)	(498.730)	(619.324)	(498.730)
	(36.437)	(55.953)	(54.439)	(55.953)

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo fiscal e base negativa	1.076.201	958.977	1.076.201	958.977
Diferenças temporárias				
Provisão para demandas judiciais (Nota 19)	49.644	44.024	49.644	44.024
Provisão bônus	30.411	30.411	15.168	15.168
Provisão compras	20.734	14.053	20.734	14.053
Provisão para impairment, provisão para perdas de ativos imobilizados e baixa efetiva de itens obsoletos e/ou descontinuados	101.055	27.817	101.055	27.817
Pré operacional	27.753	31.838	27.753	31.838
Provisões de despesas	12.864	11.542	12.864	11.542
Amortização de direito de uso e juros sobre passivos de arrendamentos	1.356.326	1.106.390	1.356.326	1.106.390
Receitas diferidas	14.937	16.681	14.937	16.681
Outros	47.700	34.771	47.700	34.771
Base de cálculo	2.737.626	2.261.261	2.737.626	2.261.261
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	930.793	768.829	930.793	768.829

(+) Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

(-) Tributos diferidos reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo

Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo

Alíquota vigente

A previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo	1.076.201	958.977	1.076.201	958.977
Passivo	(601.322)	(498.730)	(619.324)	(498.730)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	(36.437)	(55.953)	(54.439)	(55.953)

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo fiscal e base negativa	1.076.201	958.977	1.076.201	958.977
Diferenças temporárias				
Provisão para demandas judiciais (Nota 19)	49.644	44.024	49.644	44.024
Provisão bônus	30.411	30.411	15.168	15.168
Provisão compras	20.734	14.053	20.734	14.053
Provisão para impairment, provisão para perdas de ativos imobilizados e baixa efetiva de itens obsoletos e/ou descontinuados	101.055	27.817	101.055	27.817
Pré operacional	27.753	31.838	27.753	31.838
Provisões de despesas	12.864	11.542	12.864	11.542
Amortização de direito de uso e juros sobre passivos de arrendamentos	1.356.326	1.106.390	1.356.326	1.106.390
Receitas diferidas	14.937	16.681	14.937	16.681
Outros	47.700	34.771	47.700	34.771
Base de cálculo	2.737.626	2.261.261	2.737.626	2.261.261
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	930.793	768.829	930.793	768.829

(+) Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

(-) Tributos diferidos reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo

Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo

Alíquota vigente

A previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo	1.076.201	958.977	1.076.201	958.977
Passivo	(601.322)	(498.730)	(619.324)	(498.730)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	(36.437)	(55.953)	(54.439)	(55.953)

30. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é capital recursos para as operações do Grupo. A administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são apresentados a seguir: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Leonardo Yamamoto - Presidente do Conselho de Administração
Renan Andrade - Conselheiro (Efetivo)
Oscar Falgren - Conselheiro (Efetivo)
Santiana Assis - Conselheira (Constituinte)
Syed Naqvi - Conselheiro (Efetivo)
Renato Rossi - Conselheiro (Efetivo)
Thiago Peres - Conselheiro Independente (Efetivo)
Alexandre de Macedo - Conselheiro Independente (Efetivo)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09
Declaramos na qualidade de diretores da Zamp S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Butantã - São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, 120, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 20 de março de 2025.
Gabriel Magalhães da Rocha Guimarães
Diretor-Presidente Interino e Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E COMPLIANCE (ARCC)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA ZAMP EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da ZAMP S.A. é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente. O seu funcionamento, composição e atribuições são regidos pelo Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance (ARCC), versão revisada e aprovada pelo Conselho de Administração em 2024. O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance (ARCC) é formado por cinco membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo o seu coordenador, escolhido pelo Conselho. O coordenador é especialista financeiro com experiência na área contábil-societária, financeira, avaliação de riscos, compliance e ambiental. São agendas, no mínimo, 4 reuniões ordinárias anualmente. Reuniões extraordinárias são convocadas na medida de sua necessidade. A diretoria executiva da companhia é convidada a participar para esclarecimentos e apresentações, quando considerado relevante e necessário, assim como os auditores independentes, os responsáveis pela área de Compliance ou quaisquer integrantes de outras áreas da Companhia. A diretoria de Auditoria Interna, por reportar diretamente ao Comitê, é parte integrante de todas as reuniões. Nas reuniões do Conselho de Administração, o Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance reportará os trabalhos desenvolvidos no último trimestre e comunicará os fatos relevantes observados. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o colegiado do Comitê considere assim necessário. O Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, quando não estiver presente, poderá delegar a condução das reuniões a outro membro do Conselho de Administração, mediante convite do Conselho de Administração, poderá comparecer à assembleia geral ordinária da Companhia. Em 2024, foram realizadas 8 (oito) reuniões (2023: 8)., sendo 8 (oito) reuniões ordinárias (2023: 8). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir: **Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna:** Em 2024, a Auditoria Interna executou os trabalhos acordados com o comitê, por meio de outros extraordinários. Como parte de suas atividades, a Auditoria Interna trabalha em conjunto com a Administração visando o alinhamento dos pontos de auditoria e seus planos de ação. Durante o exercício, todos os trabalhos da

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

ZAMP S.A.
OPINIÃO: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da ZAMP S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) autônomo denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e com o foco na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 2.15, 2.23, 11 e 12)

A Companhia é requerida, ao menos uma vez por ano, a realizar o teste de recuperabilidade do ativo intangível com vida útil indefinida (ágio), assim como realizar avaliação de indicativos de impairment para os demais ativos não financeiros com vida útil definida ao fim de cada período de reporte. Havendo indicativo de impairment, a Companhia deve estimar o valor recuperável dos ativos ou das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) às quais os ativos tenham sido alocados. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou da UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável é determinado pela administração com base em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos, incluindo a taxa de desconto e a taxa de crescimento. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calcula o valor por meio da metodologia do fluxo de caixa descontado. Considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação do valor recuperável poderia produzir perdas ou reversões de perdas por impairment significativamente diferentes daquelas apuradas pela administração, continuamos a considerar essa área como foco para nossa auditoria.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 2.7, 2.23 e 2.9)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta saldo líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos. Esse ativo é proveniente de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais para imposto de renda e bases negativas de contribuição social, considerados recuperáveis com base em estudo elaborado pela administração sobre as projeções de lucros tributáveis que estão disponíveis no futuro para a realização desses tributos. Quaisquer mudanças nas estimativas e premissas significativas podem trazer impactos relevantes nas projeções de lucros tributáveis da Companhia, e consequentemente no valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras. Mantemos esse ativo como área de foco de auditoria, uma vez que a avaliação efetuada pela administração envolve julgamentos significativos e subjetivos a fim de determinar a base tributária futura advinda das projeções de resultado da Companhia.

Provisão para demandas judiciais (Notas 2.20, 2.23 e 19)

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações movidos por terceiros, ex-colaboradores e órgãos públicos, especialmente aqueles de natureza trabalhista, civil e tributária que são relativos a divergências na interpretação das normas e atos de infração, entre outros. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem, de modo geral, discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A administração da Companhia, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses processos, provisiona aqueles considerados como de perda provável, e divulga aqueles considerados como de perda possível. Considerando a relevância dos valores, as incertezas envolvidas para a determinação e constituição de provisões e para as divulgações requeridas das provisões e dos passivos contingentes, consideramos que essa área permanece como foco de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração dos tributos diferidos. Com o apoio de nossos especialistas tributários, testamos as bases de cálculo das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais de imposto de renda e as bases negativas de contribuição social, analisando a razoabilidade de sua formação histórica, confrontando-as com as escrituras fiscais correspondentes. Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributáveis futuros, e (ii) do prazo de realização dos tributos diferidos ativos. Avaliamos também, se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria também incluíam a avaliação da documentação suporte da administração e analisamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição de provisões, bem como as divulgações efetuadas nas notas explicativas das provisões e passivos contingentes estão consistentes com as divulgações de seus assessores jurídicos.

Como a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração dos tributos diferidos. Com o apoio de nossos especialistas tributários, testamos as bases de cálculo das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais de imposto de renda e as bases negativas de contribuição social, analisando a razoabilidade de sua formação histórica, confrontando-as com as escrituras fiscais correspondentes. Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributáveis futuros, e (ii) do prazo de realização dos tributos diferidos ativos. Avaliamos também, se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria também incluíam a avaliação da documentação suporte da administração e analisamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição de provisões, bem como as divulgações efetuadas nas notas explicativas das provisões e passivos contingentes estão consistentes com as divulgações de seus assessores jurídicos.

Como a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração dos tributos diferidos. Com o apoio de nossos especialistas tributários, testamos as bases de cálculo das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais de imposto de renda e as bases negativas de contribuição social, analisando a razoabilidade de sua formação histórica, confrontando-as com as escrituras fiscais correspondentes. Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributáveis futuros, e (ii) do prazo de realização dos tributos diferidos ativos. Avaliamos também, se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria também incluíam a avaliação da documentação suporte da administração e analisamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição de provisões, bem como as divulgações efetuadas nas notas explicativas das provisões e passivos contingentes estão consistentes com as divulgações de seus assessores jurídicos.

Como a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração dos tributos diferidos. Com o apoio de nossos especialistas tributários, testamos as bases de cálculo das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais de imposto de renda e as bases negativas de contribuição social, analisando a razoabilidade de sua formação histórica, confrontando-as com as escrituras fiscais correspondentes. Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributáveis futuros, e (ii) do prazo de realização dos tributos diferidos ativos. Avaliamos também, se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria também incluíam a avaliação da documentação suporte da administração e analisamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição de provisões, bem como as divulgações efetuadas nas notas explicativas das provisões e passivos contingentes estão consistentes com as divulgações de seus assessores jurídicos.

Como a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração dos tributos diferidos. Com o apoio de nossos especialistas tributários, testamos as bases de cálculo das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais de imposto de renda e as bases negativas de contribuição social, analisando a razoabilidade de sua formação histórica, confrontando-as com as escrituras fiscais correspondentes. Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributáveis futuros, e (ii) do prazo de realização dos tributos diferidos ativos. Avaliamos também, se